

Isabel Machado

CONSTANÇA
TRAÍDA POR PEDRO E INÊS

Romance

a esfera  dos livros

NOTA DA AUTORA

Esta é uma obra de ficção, baseada em acontecimentos verídicos, sobre uma personagem esquecida da História e quase inexistente na memória dos portugueses.

No entanto, D. Constança Manuel foi uma figura central e involuntária daquele que é um dos maiores mitos da História de Portugal, o amor de D. Pedro e Inês de Castro, que perdurou através dos séculos. Ao invés, a mulher de D. Pedro permaneceu como uma sombra, apagada pela grandiosidade do mito em que se transformou a tragédia dos jovens amantes.

Foi por isso mesmo que me interessei pela sua história, que poderia contar outra verdade, outra versão, sobre os amores de Pedro e Inês, nos anos anteriores à tragédia conhecida por todos nós, sem diminuir em nada o fascínio de um acontecimento com mais de 650 anos, que continua a cativar gerações. À semelhança de qualquer facto, a possibilidade de uma outra perspectiva deverá sempre ser tida em conta. Neste caso, existiu também, para mim, o fascínio acrescido de dar a conhecer um lado raras vezes ponderado e de escrever sobre uma época muito pouco conhecida da História das relações entre Portugal e Castela, recheada de acontecimentos conturbados.

À medida que ia descobrindo os poucos factos conhecidos sobre a vida desta mulher, crescia o meu interesse em recriar a sua história, naturalmente ficcionada, ela própria marcada pelo infortúnio e pela tragédia desde os primeiros anos de vida.

A informação é muito escassa sobre a personalidade e a vida quotidiana da fidalga castelhana, que estava destinada a ser rainha de Portugal. Já a época em que viveu é rica em convulsões e guerras na

Península Ibérica relativamente bem documentadas, a que, muito surpreendentemente, o seu nome está frequentemente associado.

Os raríssimos documentos que são atribuídos a D. Constança a falar na primeira pessoa, mostram-na como uma mulher sofredora e inteligente, tão capaz de sonhar como de negociar ao mais alto nível para defender os seus interesses. É exemplo disso uma carta que escreveu ao rei Afonso XI de Castela, onde se expõe com desconcertante sinceridade, usando uma linguagem fortemente emotiva e arrebatada, inesperada para a época. Reproduzi essa carta no romance, numa versão adaptada mas muito próxima da que encontrei em obras citadas na bibliografia que apresento.

As diferentes versões sobre as causas e a data da sua morte – apontada entre 1345 e 1349, conforme os cronistas e historiadores – provam a enorme incerteza que subsiste em torno desta figura, o mesmo acontecendo com as datas e a ordem de nascimento dos filhos que teve com D. Pedro. Em todos os casos, escolhi as opções que mais conviessem à narrativa.

À semelhança dos factos e da ficção, também há personagens reais e outras ficcionadas. Teresa Lourenço, igualmente conhecida por Teresa galega, futura mãe de D. João I – da ligação que teve com D. Pedro após a morte de Inês de Castro –, é mais uma figura que, embora real, não reúne consenso, nem quanto à sua origem nem quanto ao seu trajecto de vida. Escolhi incluí-la desde o início junto a Inês de Castro, ainda antes da sua vinda para Portugal no séquito de D. Constança.

Não são apenas estes os casos em que a ficção se liberta das certezas ou dúvidas da História neste romance, construindo a sua própria história, em liberdade, embora respeitando a veracidade dos grandes acontecimentos. Muitos outros há. Porque é esse mesmo o lugar do romance histórico: um espaço de criação, acima de tudo.

Por fim, devo dizer que utilizei os nomes actuais das localidades, quer em Portugal, quer no território que é hoje Espanha, para maior facilidade do leitor.

I

Castelo de Toro, Castela, 1328

— **L**ibertai-me, senhor.
A súplica soltara-se contra a minha vontade. Tentei apartar-me do abraço forçado do rei de Castela e Leão, que me aprisionava o corpo. Afonso XI passou o rosto pela minha face e aflorou-me os lábios com os seus, enquanto me mantinha as mãos presas como uma condenada.

— Como vos sinto a falta, Constança – sibilou o jovem monarca, na sua voz suave e enganadora.

O hálito quente bafejava-me o pescoço. A minha rejeição foi afrouxando e acabei por deixar-me ir naquela ilusão de bem-querença. A privação de afecto vencera, como de outras vezes, sempre que o rei aparecia do nada, tomando-me nos braços. Eu sabia que aquele roubo de ternura era condenado, mas não encontrava força nem desejo de lhe resistir. A solidão, amargurada e aflita, empurrava-me para o fugaz consolo do calor de uma pele sobre a outra, para as suas palavras hábeis, com o suor a escorrer-me pelas costas de mulher-criança, de carne desperta para sensações que amaldiçoavam a alma e fraquejavam os sentidos.

Amava-o, apesar de tudo. Como se podia amar intensamente aos 10 anos, quando se crescera demasiado depressa, atirada com violência para o mundo dos adultos. E amava com a cegueira que a rejeição sempre atiçava.

— A vossa beleza entontece-me – tornou ele, volvido ainda mais meigo.

E conduziu-me a mão pela sua face, de olhos cerrados. Eu abri os meus e demorei-me nele, vendo-o belo e confiando no seu enamoramento, com a escravatura do medo e da ilusão a condicionar-me o raciocínio.

– Sois minha – disse, repentinamente, alterado o tom de voz para a hostilidade que sempre acabava por se impor, desmoronando-se o fingimento, na dualidade de carácter do homem sinuoso que ocupava o trono de Castela e Leão e inquietava toda a Península.

Abanei furiosamente a cabeça, tolhida para falar ou fugir dali. Tentei enxotá-lo de mim, esticando os braços para impor maior distância entre os nossos corpos, mas nem o rei se afastou nem eu me senti melhor com a minha ousadia: Afonso XI soltava gargalhadas, o rosto contorcido a tomar as feições do Demo. Era esse o papel que melhor lhe assentava, quando deixava cair a máscara e mostrava toda a perfídia de que era feito.

Pela frincha da porta, Violante de Alarcón, a ama de quem eu bebera o leite, observava-nos. Impossibilitada de vir em meu auxílio, agarrava-se à fé de que o rei nunca fosse longe de mais, servindo-se do meu corpo intocado de donzela.

Afonso XI afastou-me de si com brusquidão e manteve o riso diabólico. Estremeci e cravei as unhas nas palmas das mãos para travar a minha mente, que já me levava através de uma caverna para um local que nem ousaria nomear, onde o riso do rei ecoava, embora ele, na realidade, apenas se dirigisse para fora da sala.

Violante entrou e correu para mim, aproveitando o curto tempo que tínhamos a sós, enquanto não aparecesse uma dama de companhia. Abraçou-me. Sentia-me o corpo entesado e frio mas manteve o silêncio, qualquer apreciação da sua parte ao que acabara de acontecer seria um perigo tão grave como se eu falasse das minhas visões, que exaltavam a brutalidade dos meus dias e me traziam prenúncios de futuro. Eram pensamentos inconfessáveis, em tempos de traição e de medo por toda a Ibéria. A ruína era o destino certo para as mulheres que ousassem imaginar demasiado, como eu. Não havia lugar para devaneios no reino de Afonso XI, mesmo que as visões mostrassem a verdade. E também não havia lugar para mais pavores na minha vida.

– Deixa-me – ordenei a Violante, em voz contida. Tentei apagar da ideia a visita devastadora, que se mantinha viva, como se o monarca estivesse ali mesmo, a agrilhoar-me os pulsos com correntes de ferro.

Persignei-me, cravando o olhar no crucifixo que carregava ao peito, na imagem de ouro com pequenos rubis na coroa de espinhos, o fausto a cobrir o infortúnio, tal e qual os meus dias. Ousava equiparar o Seu calvário ao meu por acreditar que, se conseguisse aceitar a minha história com a Sua resignação, seria muito mais suportável o meu percurso. O fervor religioso era o que me sustinha e nunca vi nos lampejos da minha imaginação qualquer blasfémia. Aprendi cedo que a contradição faz parte da vida.

Era preciso bater no fundo para recuperar alguma coisa que se assemelhasse à verdade. Eu já há muito que batera no fundo, entre o terror e a rejeição.

– Rogo a Deus a felicidade – confiara a Violante, o único ser que me restava naquele lugar. E o poder, pensara, sem o dizer, já ciente de que só pela autoridade nos chegaria o respeito dos outros.

– Aceitai a Sua vontade, Constança, e sereis ditosa – respondera, avara nos desejos. A minha vida não existia para conceber vontades próprias. Mas não deixara de me passar um afago pelos cabelos, talvez para travar qualquer gana de arrebatamento que não era estranho à minha verdadeira natureza desassossegada. E oculta. Assenti, como tinha por hábito, mesmo sabendo que não era verdade. Já me haviam sido dadas quase todas as provas.

Por tantas vezes inventara a minha vida, sabendo-me nascida para um destino de grandeza. Mas a realidade sempre me mostrara como não passavam de ilusão os sonhos que se construía sobre ambições que não eram as nossas.

A luz clara da manhã entrava pela janela, projectando-se sobre os meus pés, assentes na magnífica pele que cobria o chão de pedra dos meus aposentos. Era o final do estio, mas o sol ainda ardia. Violante e as aias, da melhor nobreza de Castela, haviam-me preparado para mais um dia de dissimulação, cobrindo-me o corpo com um vestido de seda lavrada a fio de ouro e entrançando-me o cabelo, caído em ondas, com luminosos aljôfares, trazidos por mercadores do Oriente. Mergulhei as mãos na água de rosas que me era estendida numa taça. Deixei que o perfume me envolvesse antes de as retirar para que as enxugassem com toques suaves de uma toalha de linho. Levantei-me para tomar o meu assento na mesa. Mas antes confirmei ao espelho que voltava a aparentar bem o meu papel, como todos os dias, depois das noites passadas na angústia e na incerteza.

– Estou pronta – disse, repetindo um dos poucos dizeres que me permitia dirigir aos rostos hostis que via à minha volta. – Podeis mandar servir o jantar.

A magnificência era o mundo que me rodeava. Para o Castelo de Toro, um importante centro de defesa da corte de Castela e do rei, Afonso XI, convergiam embaixadas do Papa e dos monarcas de toda a Península e dos reinos cristãos europeus. À minha mesa serviam-se bandejas com as melhores viandas e manjares. Faziam-se de vênias fundas os cumprimentos que me eram dirigidos. Não era surpreendente esta postura.

Eu fora rainha de Castela desde os 7 anos, mulher de Afonso XI, com esponsais ratificados nas Cortes de Valladolid, onde houve dias de pompa e festa de rua. Eram-me devidas todas as honrarias como esposa de um dos mais poderosos e temidos reis da Ibéria. Mas estes factos, verdadeiros, não tinham quaisquer direitos sobre a realidade.

Porque eu era refém do rei, prisioneira no castelo. Carregava uma coroa que nunca vira e desposara um homem que jamais me faria mulher. Afonso XI congeminara este casamento para travar a revolta de meu pai, D. Juan Manuel, neto, sobrinho e primo de reis de Castela, príncipe de Vilhena e senhor de Peñafiel, o nobre e académico mais prestigiado do reino, primo e tutor do monarca, que o afastara mal atingira a maioridade e se sentara no trono.

O logro do matrimónio ludibriou meu pai algum tempo, tão grato lhe era o poder. Acreditou, como um principiante, que alastraria ainda mais o seu já imenso domínio nas terras de Castela, com a filha sentada no trono.

Mas o desengano foi terrível, e não tardou a ser conhecida a verdadeira intenção do rei castelhano, meu marido: obter a mão da sua prima direita, a infanta Maria de Portugal, filha do rei Afonso IV e de Beatriz de Castela, uma aliança muito mais proveitosa para consolidar o seu poder na Ibéria e perante as facções da nobreza castelhana que o queriam fora do trono. Afonso XI era familiar dos reis de Portugal pelos dois lados da família; filho da irmã de D. Afonso IV, D. Constança, e do irmão de D. Beatriz, o rei D. Fernando IV de Castela.

A ligação com Portugal também o auxiliaria no combate aos mouros, que ainda permaneciam no reino de Granada, uma ameaça latente. Era esta, pelo menos, a sua convicção quando desfez o tratado, quebrando a honra da palavra dada e o juramento perante as Cortes.

E assim fez. Repudiou-me, casou com a infanta de Portugal, atirando-me como refém para o Castelo de Toro, para impedir a retaliação de meu pai.

Se o orgulho de D. Juan Manuel ficou ferido, jamais o mostrou, mas o desejo de vingança foi bem perceptível, com o ódio visceral como só

os laços familiares alcançavam. Guardei para mim a minha humilhação, calando que não existe maior vexame para uma mulher do que o repúdio do seu esposo, mesmo que não o seja ainda pela carne. O que se manteve intacta foi a minha determinação de vir a libertar-me desta existência atormentada. O meu curto passado narrava ainda o assassinio do meu primeiro noivo, aliado de meu pai contra o rei, por ordem de Afonso XI. Não me tornei ainda mulher, mas a minha aprendizagem ensinou-me a encobrir os pensamentos, mal aprendi a falar.

O poder costumava cegar, e aquela vez não foi uma exceção. Afonso XI avaliara mal o alcance da influência de D. Juan Manuel, o único homem, em toda a Ibéria, com poder para arrancar do trono o monarca castelhano.

A ira de meu pai tornara-se mais funda pela traição do rei de Portugal. Mais violenta. Afastado e ludibriado pelo rei castelhano, que ajudara a criar, e pelo velho amigo português dos tempos da juventude, meu pai seria agora capaz de tudo. E sabia que podia contar com o meu auxílio. Eu não lhe falharia, apesar do medo que me provocava o ódio que lhe passava pelos olhos. Mas só ele me poderia salvar.

Eu intuía cedo que nada é impossível quando a ambição tomava conta de alguém. Meu pai precisava apenas de um novo aliado. Mas não de um aliado qualquer.

II

Paço de Coimbra, Reino de Portugal, 1330

O silêncio apoderara-se da câmara do rei.

O triunfo fora curto. D. Afonso IV, pouco dado a resignações ou a entregar-se ao destino, travava uma luta íntima. Nem quebrara ainda o jejum, naquela manhã. Encostou-se ao espaldar alto da cadeira, de cotovelo sobre um dos braços, para apoiar o queixo sobre a mão aberta em concha. Não manifestava a sua pose qualquer sinal de descanso. Pelo contrário, todos os presentes sabiam que o rei de Portugal se mortificava de preocupação. Ao lado do marido, a rainha D. Beatriz pousara sobre o colo as mãos apreensivas, cobertas com anéis de esmeraldas.

Um rei jamais quebrava a sua palavra, era esta a verdade que trans-tornava a mente do soberano. Da palavra honrada lhe vinha o apreço do povo e o respeito fora de portas. Não era longínqua a promessa firmada em tratado com Castela. Fora dia de festa, e não era para menos. Prometendo o casamento dos seus dois filhos com príncipes castelhanos, o monarca alardeara ao reino uma geração de paz, que sempre trazia abastança e mesa farta.

Afonso IV de Portugal juntara a sua assinatura à de Afonso XI e já cumprira uma parte do que lhe cabia. Não sem tristeza, até as lágrimas lhe haviam assomado aos olhos quando entregara a filha Maria, de celebrada beleza e que muito amava, ao rei de Castela. Mas ocultara de todos o seu desassossego, sabendo que espezinhava o orgulho de D. Juan Manuel, amigo de Portugal, reino que conhecia bem. Havia quem defendesse que o ambicioso fidalgo castelhano até sobre a coroa portuguesa julgava ter direito, mas essa especulação

fantasiosa incomodava pouco o rei D. Afonso IV, outros delírios lhe tiravam o sono.

O mais recente era a renúncia do que ainda restava por cumprir do tratado firmado com o castelhano: o enlace do seu herdeiro, o infante D. Pedro, com D. Branca de Castela, prima de Afonso XI e do próprio príncipe português. A moça viera para Portugal ainda criança, a aguardar idade nubente. Era esposa no papel e a espera da consumação futura do matrimónio ameaçava tornar-se um sério embaraço, desde a rejeição que o infante resolvera tornar pública e irreversível.

Afonso IV endireitou o corpo.

– Que vos disse o infante? – questionou, virando para Lopo Fernandes Pacheco o olhar raiado de vermelho, da noite em branco.

O principal conselheiro e braço-direito do monarca, sempre inteirado dos pensamentos d’el-rei, fez um leve aceno com a cabeça, antes de falar. Aguardara pacientemente a sua deixa, sabedor do poder da sua palavra sobre as decisões do soberano.

– Que se desgostou da infanta, senhor – ripostou, sem rodeios.

– Que fundamentos apresentou?

– Que é falha de entendimento.

– Pobre de espírito, dizeis? – tornou o monarca.

– Assim mo assegurei.

Aquele repúdio custaria a paz a Portugal, pensou el-rei, sentindo crescer a cólera pelo desmando do seu herdeiro, que desbaratava muitos anos de bom governo e ágil negociação. A rejeição de Branca abalaria também as relações de Portugal com o reino de Aragão, cujo soberano, Afonso IV, era tio da infanta. A aliança aragonesa há muito que servia os interesses portugueses, contra a hegemonia castelhana na Península.

– O Papa não se furtaria à anulação – continuou o conselheiro, à laia de consolo.

Afonso acenou. Olhou a sua mãe, a rainha-viúva Isabel, tia do monarca de Aragão, que o povo apelidava de santa. Já raramente abandonava o Mosteiro de Santa Clara, de Coimbra, onde entrara sem tomar votos depois da morte do marido, dedicada à caridade e às orações. Mas nunca deixava de acudir a uma discórdia familiar, já mediara tantas e graves nas muitas décadas que levava no reino português.

A velha senhora, o semblante louro fragilizado por muitos anos de jejuns, penitências e infortúnios, transmitiu ao filho paciência com o olhar sereno. Escreveria para Aragão, disse. O parentesco dos noivos apressaria a decisão da Igreja, contrária a enlaces de sangues próximos.

– Mas não travará a ira de Castela – respondeu-lhe Afonso.

Era imprescindível não acicatar os ânimos de Afonso XI, para segurança das fronteiras do reino e do bem-estar da sua filha Maria. Cresciam rumores de devassa na corte castelhana por via dos excessos do monarca, de génio intratável, e por conta da paixão pela cortesã Leonor de Gusmão, que não amortecera com o casamento português. Era mais um caso de alcova a passar para a política, fazendo perigar alianças e tratados de gerações. Era assim o amor dos homens, tão capaz de cegueira como de violência, quando eram tomados pela luxúria.

– Chamai o infante – ordenou Afonso a Lopo Fernandes Pacheco.
– Quero vê-lo a sós.



Precisava de ler nos olhos do filho até onde fora a desonra de Branca de Castela. Ajoelhado à sua frente, Pedro manteve a cabeça desgrenhada e castanha, de laivos ruivos, virada para as lajes do chão.

– Ergue-te, Pedro – comandou o pai, impaciente.

O infante esticou as pernas e encarou o monarca. Afonso atentou-lhe no modo impetuoso, que mostrava nos menores gestos, na pressa com que levantara o corpo, na firmeza do olhar escuro sobre o pai. Um olhar de certezas, útil para reinar, mas inconveniente para a obediência. Esperava vergar-lhe aquela sanha, os modos de animal bravio. Ainda não lhe haviam crescido os pêlos da barba, mas já se lhe notavam as formas rijas dos braços, manejava a espada e a besta como poucos na sua idade. Trazia o chicote à cinta, sobre o vestido de lã até aos joelhos, como se fosse sair para uma caçada com os moços ruidosos da corte que acompanhavam os folguedos do herdeiro, mais dado à rua do que às subtilezas cortesãs.

Naquela manhã, Afonso não estava disposto a mais um confronto com o infante, ainda dias antes a gritaria entre pai e filho a propósito do seu escasso interesse pelas lições deixara o paço em alvoroço. Adivinhava-se um mocetão voluntarioso no jovem príncipe, sempre ágil para pelejas.

O coração era grande, essa certeza já tinha Afonso formado. Pedro apiedava-se dos servos e aprazia-se no convívio com os aldeãos em qualquer parte do reino, nos vários paços onde a corte de Afonso IV se instalava, uma itinerância permanente. Rodeava-se de cães, a quem dava tratos de gente, não só para as caçadas mas também dentro de portas. Não era raro o príncipe ser encontrado de manhã rodeado pelos seus animais ao acordar.

Estes excessos e desvaios para o pai eram coisa normal para o infante, e divertimento de rapazes sem gravidade para D. Beatriz que, embora rígida a educar, era menos severa do que o marido a avaliar o futuro rei. Teria tempo de se moldar às exigências do cargo, repetia ao soberano.

Mas Afonso IV precavia-se, de olho sempre posto nele, cuja desenvoltura em áreas não mencionáveis frente a damas deixava adivinhar tendências que não lhe davam repouso à mente.

Esforçou-se para manter um tom amável:

– É urgente abafar o escândalo, que já chegou a Castela. Ainda poderá ser remediado, se alterares o teu capricho.

– Não me obrigareis a casar com a infanta!

A escassa paciência do monarca finou-se logo ali:

– E por que não?! Não encontrarás melhor estirpe. Conhece-nos a língua e os costumes. E já é tua mulher.

Pedro abanou a cabeça, fazendo dançar os caracóis que quase lhe chegavam aos ombros. Ripostou:

– É tola! Nunca poderia fazer dela rainha. Tem modos de criança.

– E corpo de mulher – cortou o pai.

O príncipe hesitou, tentando deslindar a expressão do rei. Branca era enfermiça, parecia que se lhe esgotava a vida pelos membros franzinos... toda a corte sabia que a menina não era normal. Parecia desengonçada como um boneco de trapos aos olhos do infante, a cor amarelinha do rosto a dar-lhe ar de cadáver antes do tempo, a pouca fala sem nexos, segundo línguas ainda mais viperinas do paço. Uma miséria... Poderia seu pai crer que se faria da pobre uma rainha de Portugal?

– Comenta-se como lhe aprecias as formas! – vociferou o casto Afonso, mais crédulo na maledicência dos seus conselheiros do que nas palavras daquele filho, que já deitava olhar meigo sobre as damas. O rei temia que a herança da carne fraca do avô trovador de Pedro, D. Dinis, tivesse alastrado para o herdeiro. Ouvia-se na corte que o príncipe corria as mãos pela débil constituição da menina...

– Senhor, meu pai, Branca nem préstimo teria para gerar um herdeiro!

A frase confirmou os receios mais obscuros de Afonso IV.

– E como podes estar seguro disso sem teres atentado contra a sua honra?

A gaguez invadiu o discurso do príncipe. Respirou fundo. O rei chegou-se à frente, aproximando o rosto do filho, e baixou a voz:

– Juras que a infanta se mantém donzela?

– Pela minha palavra, senhor. Jamais lhe faltei ao respeito.
– Não é o que se diz.
– Credes demasiado nos vossos conselheiros – respondeu, altivo.
– Agem a bem do reino, com responsabilidade, ao contrário de ti, que apenas cuidas de folganças – enfureceu-se o pai.
– Não é certo, senhor! Ouvi-me. Branca não serve para futura rainha. As suas aias asseguram que nem é ainda mulher.

Afonso calou-se por instantes, desacreditado das garantias do filho. O coração duro do rei tomara-se de afeição pela infanta castelhana, que criara como uma filha junto a Beatriz.

Insistiu:

– E como chegaste à fala com as aias da infanta sobre assuntos deste melindre e que devem ser tratados em completo recato?

Pedro voltou a abanar a cabeça. Nada do que dissesse seria tido em conta pelo pai, de ideias fixas.

– É tema corrente no paço, senhor. Só vós pareceis mouco para o que todos afirmam.

Afonso respirou fundo várias vezes para amansar a ira e lançou a Pedro novo argumento:

– Não é só o reino que virá a sofrer com o repúdio. Temo também por tua irmã, rainha de Castela.

– Porque a haveis atirado para a alcova de um homem que não lhe quer, cego no cumprimento dos tratados – atreveu-se o infante.

O peito de Afonso deu de si. Ouvir o irresponsável a discorrer com tom de mestre sobre o assunto que mais pesava a el-rei não era um bom rumo para levar a conversa, que se desejava construtiva. O remorso pesava nas almas. O monarca sofria desse mal corrosivo havia anos. Sem se deixar levar pelos nervos, que o impeliam a sovar o filho, respondeu, elevando a voz:

– O juramento de um soberano a outro é o maior bem de um reino. É pelo cumprimento dos tratados que o pão chega à mesa do povo.

O infante fixou o olhar resoluto no pai. Mordeu o lábio inferior, enquanto a perna direita lhe tremia nervosamente. Finalmente, respondeu, com a segurança habitual:

– Pois este não será cumprido. Tomarei por esposa uma princesa sã, de corpo e de espírito. Branca sofre de enfermidade. Mandai observá-la. Os físicos provarão o que afirmo.

O rei dispensou-o. Desgraçadamente, reconhecia naquele filho voluntarioso a mesma rebeldia que ele próprio revelara contra o seu pai, D. Dinis, contra quem chegara a levantar parte da nobreza numa

guerra, por causa da preferência que o rei revelava com alguns dos seus bastardos, no entender do filho legítimo. Mas o peso da coroa arrefecera-lhe os ímpetos e, de infante assanhado, Afonso IV assumira o trono como monarca respeitador das instituições e muito fulgor legislativo.

Ordenou ao moço de câmara que aticasse a lareira, esmorecida. Ergueu-se e, de braços atrás das costas, andou em círculos, aquecendo os membros e soltando as ideias. Não permitiria que o dó lhe amolecasse a obrigação de monarca. Protegeria Branca, mantendo-a em Portugal enquanto pudesse, mas teria de ultrapassar o melindre do repúdio com o apoio dos seus homens de leis, muito capazes. Reuniria os conselheiros. Uma frase do filho ficara-lhe na mente. A de chamar físicos que pudessem atestar pela falta de saúde da infanta. Se comprovassem o que Pedro repetia, Castela não poderia ripostar pela força. Solicitaria a vinda de físicos castelhanos, enviados pelo rei.

Depois de muito matutar, chamou à sua presença Lopo Fernandes Pacheco, o homem que lhe desembrulharia qualquer impedimento.

– Mandai pedir físicos à corte de Castela. Que venham examinar D. Branca. É a única solução viável para contornar este problema.

– Acredito que o exame nos será favorável, senhor.

Afonso acenou. Naturalmente, já se havia questionado sobre o fraco desenvolvimento da criança que arranjava para casar com o filho. Mas como nem todas as bocas ousavam dizer a verdade a el-rei, amiúde ouvia que o mal haveria de passar com a chegada da regra, que tornaria Branca mulher. Era apenas um mal dos primeiros anos. A infanta medraria, quantas vezes ouvira Afonso IV aquela expressão nos cortesãos...

Mais sereno, o rei esticou a perna direita, que lhe vinha causando incómodos. Os anos de guerra começavam a dar de si na excelente constituição do monarca. Gozava de boa saúde mas os ossos já se iam queixando. A frieza cortante de Coimbra nos meses de Inverno já não deixava de lhe pesar. Cada vez mais o Paço de Lisboa, na alcáçova do velho castelo, atraía Afonso IV para lá se fixar com mais demora. Era o paço e o clima, mas era também a sua crença na centralização do poder que o levava cada vez mais para a capital do reino.

Teria de se agir em várias frentes para desfazer aquele compromisso. Convencer o Papado de Avinhão era outra tarefa pesada. O rei deixou a ordem:

– Começai a preparar a nossa defesa junto do Papa, para que se anule o compromisso matrimonial entre o infante D. Pedro e D. Branca de Castela.

Suspirou e pediu um vaso de vinho diluído com água. Sorveu-o distraidamente, enquanto cogitava no passo seguinte: encontrar para o filho uma outra noiva nos reinos ibéricos.